

Resumo

O texto, lido na Jornada de 2006, busca aproximar uma fala da escrita, assumindo a aparência de memorial em que o autor reconstrói momentos que lhe parecem importantes em seu percurso psicanalítico. Através dessa “fala-escrita” é re-situada a questão que o tem ocupado nos últimos anos, a paternidade, de modo que a mesma articule seus interesses pelos textos de Jacques Lacan e de D.W. Winnicott. Estes interesses não têm a pretensão de aproximar os dois autores, mas busca preservar a individualidade e originalidade de cada um de modo que um diálogo atento e conseqüente seja possível.

Freud escreveu em sua época, escrevia bem, e escrevia à mão.

Na Universidade assisti a morte da fantasia de que textos são escritos linearmente, do título ao último ponto. A fantasia funcionava assim: o autor senta, coloca uma folha em branco na máquina de escrever, datilografa o número “1” e escreve o título. Dias, meses, anos, ocupados aumentando a pilha de folhas, até o dia em que as páginas datilografadas seriam enviadas ao editor ansioso.

A vida acadêmica mostrou o contrário. Os filmes que alimentaram a minha fantasia mostravam menos o processo da escrita que o movimento da leitura. Porém, o processo da escrita é o inverso do da leitura; aquilo que a gente lê por primeiro, o título e a introdução de um texto, na maioria das vezes, é a última coisa escrita. Além disso, textos não são fruto de pura inspiração; estão vinculados a uma biografia, a contingências; são escritos em partes, reescritos; resumidos, modificados, ampliados. A fantasia de que Freud, e os grandes, construíram uma “obra completa” de forma linear,

não resiste. Uma “obra completa” é efeito de artifício editorial.

O que me interessa na aproximação dos textos de Lacan e Winnicott, são questões clínicas. Nasci, cresci e fiz minha formação no Rio Grande do Sul. Hoje, em Maceió, procuro compreender Alagoas e o Brasil que me eram mostrados para além dos umbrais paulistas e cariocas. É muito diferente “ver” o Brasil a partir de Porto Alegre e “ver” o Brasil a partir da orla marítima de Maceió. Talvez por isso mesmo o que escrevo tenha a aparência de memorial e de fala sem pretensão além daquela de elencar questões que aproximem textos lacanianos e textos winnicottianos.

O trabalho teórico que me ocupou durante o doutoramento em Psicologia Clínica e que se mantém, tem a ver com questões relativas à constituição do sujeito psíquico, à filiação e à paternidade, acreditando que na Psicanálise de Freud há uma fina percepção que Lacan põe em relevo e acentua; acentua-se com o entendimento de que nossa época - e suas mazelas – têm a ver com o declínio do pai, da lei e do nome³.

¹ Trabalho apresentado na VI Jornada de Psicanálise do GPAL em novembro de 2006.

² Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP). Professor Adjunto, pesquisador e supervisor clínico no Departamento de Psicologia da UFAL.

³ A tese do declínio do pai aparece enunciada nos Complexos familiares (Lacan, 1997).

Trabalhei com Luís Cláudio Figueiredo⁴, que orientou na PUC-SP. Ele me apresentou à possibilidade de trabalhar, prioritariamente, com textos psicanalíticos, à possibilidade de tomar textos psicanalíticos como fonte de pesquisa. Nessa via, e com Figueiredo, que, pela primeira vez, li Winnicott de uma maneira próxima, atenta e desconstrutiva. Winnicott desapareceu da minha frente como o psicanalista da escola inglesa com o qual muitos lacanianos simpatizam. Mais do que um psicanalista, Winnicott passou a ser um escritor, um autor de peso; um psicanalista que escreve tem implicações que não possui um psicanalista que apenas conduz análises.

Figueiredo, que, então, trabalhava a escola inglesa, mostrava-se aberto ao meu projeto de doutoramento: compreender os sofrimentos psíquicos, próprios à contemporaneidade, à luz dos lugares que têm sido designados ao pai. No decorrer do Doutorado, tentei esboçar uma história da paternidade que permitisse tornar legível o que está acontecendo em nossa época a esse respeito. Pela palavra de meu orientador descobri os textos do filósofo francês Jacques Derrida⁵. Derrida aguçava o interesse por algo que pode ser encontrado, também, em Winnicott: uma forma de pensar que destaca o “transicional”; há identidade e há diferença, mas esses autores nos colocam o “entre”, o que não é nem um nem outro, mas que é condição de possibilidade de que algo seja ou não seja. Hoje está mais claro o que eu pretendia então: compreender a época em que vivemos - seja como analistas, como pacientes, enfim – lendo Freud inspirado pelo espírito desconstrutor. O que produzi, resultou numa Tese⁶, dividida em sete ensaios nos

quais é preservada a ambigüidade da palavra “ensaio”: uma forma de apresentar um texto e a tentativa de algo. Assim os “ensaios sobre a questão do pai” referem-se tanto ao que Freud fez – uma tentativa, um ensaio em teorizar a questão da paternidade e seu lugar na estruturação do psíquico e do social – quanto ao que eu estava apresentando como uma tese: um conjunto de ensaios, de tentativas de explicitar o que Freud ensaiou fazer. Um pai que não é lembrança é inspirado em Freud, e na afirmação de que aquilo que não é lembrado, acaba sendo repetido em ato.

Uma descoberta de Freud é a da repetição que cada homem e mulher acaba por realizar, sem lembrar e sem mesmo dar-se conta: o ato que não chega à representação, à consciência. O ato, para a Psicanálise, por excelência, é o ato falho. Nesse sentido, pode-se pensar que há uma dimensão do pai que não chega à consciência e nem pode ser ensinada, mas que diz respeito, fundamentalmente, ao ato enquanto falha. Falha tanto no sentido moral – aquilo de que o pai pode ser culpado – quanto no sentido de fracasso, de insuficiência. Assim, o pai sempre falta, produz efeitos quando erra e quando está ausente. Nessa leitura, o pai de que Freud fala é, positivamente, um pai sempre ensaiando ser pai, um pai insuficiente, ambigüamente faltoso. Um pai que quando se aproxima arrisca-se ao excesso, e quando se afasta, arrisca-se à ausência. Um pai do qual, no final de contas, há sempre queixa.

A Teologia e a Filosofia até Descartes, pelo menos, pensavam a dimensão de um pai suficiente, de um pai sem falta. Um pai figurado na idéia de Deus ou do Sumo Bem.

⁴ Luís Cláudio Figueiredo é psicanalista. Livre Docente do Instituto de Psicologia da USP e professor da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. Seus trabalhos mais recentes tratam da clínica psicanalítica na contemporaneidade.

⁵ Jacques Derrida (1931-2004): filósofo francês, criador da “desconstrução”. Entre suas principais influências encontram-se Sigmund Freud, Jacques Lacan, Hegel e Martin Heidegger.

⁶ Um pai que não é lembrança: ensaios sobre a questão do pai em Freud, defendida na PUC-SP no segundo semestre de 2002.

Porém, Teologia, Filosofia e Psicanálise possuem domínios e fronteiras que devem ser respeitadas. O pai é uma espécie de coringa nos debates teológicos, filosóficos e psicanalíticos e é difícil negar o fato de que, em muitos aspectos, os psicanalistas pretendem um trabalho que continue, e aprofunde, a Teologia e a Filosofia. Se por um lado, a Psicanálise parte de uma reflexão em que a condição humana é examinada, colocando em xeque as bases de uma filosofia consciencialista, por outro, ela radicaliza a reflexão sobre a linguagem, levando a palavra às últimas conseqüências, propondo que dar palavra à palavra, à palavra mais louca, inclusive, pode ter efeitos libertadores.

A Psicanálise põe a linguagem em ato. O inconsciente não é um conceito diletante, ele é uma realidade posta em ato, a trabalhar na transferência. E a linguagem e o inconsciente evocam questões fundamentais como a do Bem, da autoria, da originalidade e a da causalidade primeira, o que permite, inclusive, que alguns textos psicanalíticos, extremamente sofisticados, assemelham-se a refinadas discussões teológicas.

A questão paterna é uma das formas de a Psicanálise dar conta de nosso desamparo, da necessidade do Outro, da mediação e de algo que nos transcende. De que o fundamento de nossa subjetividade está, por assim dizer, “fora de nós”, de que dependemos, fundamentalmente, de algo que existe para além de nós e independe de nossa vontade. Algo que pode ser percebido como “bom”, mas também como “mau” ou como “estranho”. Não seria leviano dizer que a Psicanálise resgata e redimensiona, na modernidade, determinadas questões que, em outras épocas, foram trabalhadas pela linguagem teológica e filosófica. Desde o Gênesis bíblico já se sabia do poder criador da palavra e, quando o evangelista João fala do princípio, lá ele coloca o Verbo. Ora, o que é a Psicanálise

se não uma experiência radical com a estrangeiridade do pai e da linguagem, com seus limites e com o que imaginamos além desses limites?

A Psicanálise freudiana principia com a experiência histérica e com o modo como o pai ali comparece. Pai e repressão são termos vizinhos, em Freud. Se na neurose há um fracasso da repressão, o que permite o retorno do recalcado sob a forma do sintoma, o pai é um pai que já não encontra mais eco à sua palavra; é um pai desvalido, desautorizado. Um pai em franco declínio e que, para afirmar-se, vale-se de figuras que a histeria, de uma forma ambígua, denuncia: um pai paradoxalmente sedutor, violador e impotente. No entanto, este pai autoritário, perverso e violador acoberta um pai fraco. A histeria aparece como uma tentativa de dar conta disso e é um elemento importante no desenvolvimento de formas sociais conseqüentes no plano político, tais como os movimentos feministas do século XX. Creio que não é por acaso que uma das mais conhecidas pacientes históricas de Freud se tornou uma importante líder feminista.

No entanto, a ambigüidade do discurso histórico reside nesse movimento duplo de denúncia e restauração: denúncia de algo que, de alguma forma, se tenta preservar. A histérica precisa sustentar alguém que, ao mesmo tempo, impeça e a proteja do desejo. É a miséria neurótica, em que a forma de lidar com a angústia do desejo é acusar alguém de impedir a sua realização. Alguém sempre é culpado pelo não acesso ao desejo. E, se não há nada que impeça, é necessária a invenção, o sintoma, de um empecilho que faça frente à angústia.

Daí a idéia da repressão, do pai como o agente repressor e do modelo clínico elaborado a partir das “neuroses de transferência”. Hoje, parece, não há mais

proibidos e nem precisamos mais lidar tão diretamente com a repressão; em contrapartida, não podemos mais acusar Deus ou o pai por não podermos fazer o que quisermos. Não dá mais para pôr a culpa no outro ou ver no outro o empecilho. Esse é o ponto a que se retorna quando propomos um diálogo clínico pós-freudiano, pautado pelo ensino de Winnicott e de Lacan. Já não é um começo de consenso que, a partir de Winnicott, determinadas configurações subjetivas começaram a ser pensadas como “pré-edípicas” e que, como tal, exigem menos interpretação (mais reservada às patologias ditas “edípicas”) e mais holding e manejo da transferência? O diálogo clínico poderia principiar por esse ponto justamente porque Lacan não cede em relação ao Édipo. Para Lacan não há “pré-edípico” sem o Édipo, o Édipo mantém-se como referência constante. Uma discussão clínica poderia nos mostrar, nesse aspecto, o que Winnicott e Lacan compreendem por Édipo. Acredito que este seria o ponto de partida para que as diferenças de perspectiva se elucidassem.

A modernidade, pelo menos em tese, nos diz que, todos, somos livres e podemos ser e fazer o que quisermos. Aí surge o contra-senso. Isso pode tornar-se uma ordem: “você tem que ser”, “você é obrigado a ser livre”. E se você não consegue? Essa pode ser uma pista para começarmos a pensar as “novas economias psíquicas” (Melman) ou as “novas doenças da alma” (Kristeva): a vida em uma época em que há um mandato, onipresente, de que devemos, pelo mínimo, nos bastarmos, produzindo formas de dar conta do excesso que nos é ofertado. Marcel Proust, no *Em busca do tempo perdido*, fala da auto-satisfação das pessoas sempre ocupadas: elas nunca têm tempo para fazerem o que tem que fazer. Elas estão sempre ocupadas em demasia. Proust é atual. E não há nem tempo, nem corpo, nem dinheiro, nem

disposição para tudo. Há sempre o excesso, e o excesso nos limita pelo viés da nossa impotência diante dele. Não fazemos tudo porque, simplesmente, não conseguimos dar conta de tudo. É deprimente. E não dá para pôr a culpa em ninguém. Não parece aleatório nem bioquímico que a grande epidemia de nossa época seja a depressão.

Isso num mundo em que, também, não se pode desconsiderar que há uma grande confusão na definição de lugares como o que é masculino e o que é feminino, o que é materno e o que é paterno. De um modo geral, aquilo que se aponta como um “bom pai” cumpre os requisitos de uma boa mãe. Aqui, o interesse por Winnicott e pela mãe “suficientemente boa”, que não é “ótima”, nem “boa” por causa do limite que lhe permite o “suficiente”. Num mundo de excessos, o que é o suficiente? Onde acaba essa mãe e onde começa o pai?

Freud e Lacan são psicanalistas que sustentam e aprofundaram a questão do pai. Lacan resgata, com um arsenal conceitual sofisticado, a questão do pai de sua dimensão concreta, para situá-lo num plano lógico. Nas Psicanálises pós-freudianas, com raras exceções, a questão do pai foi abandonada e há uma preocupação maior com o que acontece no plano da díade mãe-bebê. E, quando nelas se retorna à questão do pai, isso se faz no mesmo nível em que a relação mãe-bebê é tomada: o nível concreto.

Quando falamos em pai, na Psicanálise, não estamos isentos do risco de repetirmos o equívoco e confundirmos um elemento de uma determinada lógica com um elemento num determinado ambiente; e com o risco de confundirmos a paternidade com a masculinidade. A função paterna não é, necessariamente, aquilo que é exercido pelo homem e pelo pai na família. Tomemos o caso em que o pai é desconhecido, ou morreu, ou abandonou a mãe da criança: esta não teria

pai? O pai, a função paterna, é algo que opera na e pela palavra, uma palavra que interdita ao mesmo tempo em que constitui algo como interditado; e nada impede que, mesmo não havendo um pai no ambiente, uma criança tenha um pai. O pai é a palavra, da mãe.

No caso de uma união homossexual, há sempre dois, mas não se pode falar em concretude. É preciso falar em lugares, em posições, e aí já não há mais homo. Se há dois lugares, se há alteridade, é hetero. Não podemos confundir genitalidade e sexualidade. Sexualidade tem mais a ver com posição do que com órgão genital. O debate sobre a sexualidade começou no interior de uma sociedade vitoriana, em que as figuras da paternidade estavam em franco declínio, e sob o signo da repressão moral. Mas desde então muito se pretende ter avançado. Desde os tempos bíblicos vetero-testamentários, por exemplo, tem-se tentado inviabilizar que dois homens (do ponto de vista genital) formem casal. Essa tentativa nem sempre teve sucesso. Mas aceitar isso como casamento, nomear a dupla como casal e permitir que o casal adote filhos... admitir que as crianças possam ser criadas melhor, igual ou, mesmo, pior do que em um casal formado por um homem e uma mulher genitais... Isso são coisas que somente podem brotar da discussão do que é a sexualidade para os seres humanos, e da compreensão de que as funções paterna e materna não dependem, exclusivamente, de genitalidade.

A experiência psicanalítica em si, em que o paciente é convidado a dar voz àquilo que o habita, a reconstruir, assim, a sua história e a nela situar-se, permite a redescoberta, do que significa, ou não, ter tido um pai. O vínculo com o pai é a primeira relação que cada um estabelece com a alteridade, com o estranhamento, com aquilo que transcende a matéria, o materno. O primeiro vínculo no sentido daquilo que permite a leitura do universo materno numa relação.

Lacan joga com a palavra dit-mansions (mansões, moradas do dito) para falar em dimensões do pai, em termos de pai simbólico (aquele que a mãe apresenta com sua palavra), pai imaginário (esse pai maravilhoso que toda criança acaba construindo e do qual lamenta o desaparecimento) e pai real (o modo pelo qual alguém ocupa esse lugar designado pela palavra materna). A mãe que, com sua palavra apresenta o pai, só o pode fazer porque ela, por sua vez, foi apresentada pela sua mãe ao seu pai. Podemos voltar, assim, até o começo do mundo. No Gênesis bíblico, o Deus fala e as coisas começam a existir. Há um terceiro para Adão e para Eva. Um terceiro que existia antes mesmo de Adão e Eva. Então, o pai não é nem da ordem de Adão, nem da ordem de Eva. O pai é o Terceiro, o que é posto a operar pela palavra de Eva e pela palavra de Adão. Em Freud esse “Terceiro” não comparece pelo viés do judaísmo, mas pelo viés do mito cientificista: o pai de uma ordem primitiva entre o símio e o humano. O pai morto, do qual só se pode falar porque sua existência não é nem histórica nem concreta, é mítica. Mito que põe uma lógica a funcionar e a produzir lugares.

Outro plano em que podemos pensar a paternidade é o das metamorfoses que a paternidade tem sofrido. Metamorfose que tem a ver com o modo ou com as dimensões em que a paternidade é apreendida. Por exemplo, hoje parece valer muito mais o resultado de um teste de DNA do que aquilo que se pode dizer ou construir acerca de um pai. Essa é uma metamorfose contemporânea: confia-se muito mais no discurso científico, sustentado por um arsenal tecnicista, no discurso que sustenta o exame de paternidade, do que na palavra de uma mãe.

Sabemos que as experiências que vivemos nos primeiros anos de nossas vidas, seja individualmente, seja coletivamente, são definitivas, tanto no sentido de que são

as mais marcantes quanto de que desenham uma espécie de destino a ser cumprido pela vida adulta. Na Antigüidade, a quase onipresença das mães e das mulheres nos primeiros anos da vida da criança era contrabalançada com uma imagem forte e positiva do pai e do masculino, na esfera pública. Hoje, quando as imagens do pai e do masculino declinam socialmente, estaríamos diante da necessidade de refazer esse equilíbrio perdido? Em caso positivo, como? Não jogamos pela janela determinadas coisas que continuam sendo importantes e que valeria a pena resgatar?

Por fim, e para concluir, ler Freud tendo a companhia de Lacan e de Winnicott é uma experiência enriquecedora. Esses dois psicanalistas testemunham perspectivas que podem ser produtivas quando postas em diálogo. Não acredito que uma possa “complementar” a outra. No entanto, acredito que os textos apresentam um universo em comum: aquele das experiências humanas determinantes. O modo como cada um o aborda deve ser retido, mas não dogmatizado. Creio que é isso o que caracteriza um leitor atento e comprometido. E em Psicanálise a leitura pode ser compreendida no mesmo nível que a escuta: a escuta é um modo de ler. Um modo de ler em que não há uma aderência ao texto. Isso permite voltar ao que estava no começo: a questão do texto. Ler Lacan e Winnicott do mesmo modo que o psicanalista escuta seus analisantes. Lacan e Winnicott foram analisantes que passaram à posição de analistas. E é a partir desta posição, muito particular, que escreveram: como analistas em análise.

O que essas análises nos dizem, naquilo que chegaram à escrita, e em que esta escrita ecoa em nossa própria análise?

É assim que os leio; e é assim que escrevo, tentando parecer que estou falando, conversando.

Referência

Lacan, Jacques (1997). Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.